

SIMP 000004-067/2020

REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Piauí

REQUERIDO: CDMCA de Parnaíba (PI)

DATA DA INSTAURAÇÃO: 09/03/2020

ASSUNTO: Acompanhar a atuação do CMDCA de Parnaíba (PI).

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 09 dias de fevereiro de 2023, às 09h00min, na sede da Casa dos Conselhos desta cidade, ocorreu uma audiência pública com os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Parnaíba (PI).

No ato, estiveram presentes este Promotor de Justiça e todos os membros do CMDCA desta cidade.

Dando início ao feito, este representante ministerial ressaltou a importância da participação de todos os membros nas reuniões ordinárias e extraordinárias para que sejam realizadas as deliberações necessárias, bem como a relevância daquele Conselho.

Além disso, explanou acerca da falta de proatividade por parte do Conselho, que não realizam políticas públicas no ramo da Infância e Juventude nesta cidade, e destacou que isso impacta nas mais diversas áreas desta cidade.

No mais, foi informado a respeito do Fundo Municipal, que precisa ser fomentada a campanha para doação de pessoas físicas e jurídicas a título de imposto de renda, conforme preleciona o artigo 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Na oportunidade, mencionou-se acerca da necessidade de se trabalhar com esse orçamento, que existe e, até o momento, não teve nenhuma finalidade destinada. Diante disso, foi informado pelos membros que os recursos que constam no Fundo não são utilizados porque a coordenadora de despesa da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC) deste município disse que não tinha uma comissão para tanto.

O *Parquet* também realizou sugestões a respeito do Regimento Interno do CMDCA, ressaltando as Recomendações Administrativas expedidas ao longo da instauração deste Procedimento Administrativo, como, por exemplo, a necessidade de

constar expressamente a respeito da alternância de cargos entre membros da sociedade civil organizada e membros do Poder Executivo; processo de sindicância dos conselheiros tutelares; publicidade das reuniões; etc. Inclusive, este representante ministerial distribuiu cópia das quatro recomendações expedidas, por esta Promotoria de Justiça, a cada membro presente na reunião.

Parnaíba (PI), 17 de fevereiro de 2023.

Ruszel Lima Verde Cavalcante
Promotor de Justiça

